

INTRODUÇÃO

COMO LER ESTA EDIÇÃO

Copyright © 2014
SBPjor / Associação
Brasileira de
Pesquisadores em
Jornalismo

MARCIA BENETTI E LAURA STORCH
Editoras convidadas

A *Brazilian Journalism Research* completa, neste número, dez anos de existência. Decidimos marcar esta data com uma edição especialmente dedicada àqueles que estudam as teorias do jornalismo e estão preocupados com conceitos centrais. Seleccionamos 13 artigos, entre os publicados nesses dez anos, e mais adiante iremos propor alguns percursos de leitura em torno de certas noções articuladoras.

A BJR, que nasceu em 2005 com a complexa missão de conectar os pesquisadores brasileiros com a pesquisa em jornalismo realizada em nível internacional, teve desde o início uma dupla ambição. De um lado, a revista pretendia trazer os debates que estavam sendo travados em outras partes do mundo. De outro, a BJR pretendia estimular a inserção internacional dos brasileiros, e por isso desde o primeiro número foi integralmente publicada em inglês, de modo a facilitar sua circulação em diversos países e centros de investigação. Essas duas metas foram atingidas, e todo o conteúdo da revista está disponível para acesso gratuito, no sistema *open access* que caracteriza a publicação científica brasileira contemporânea.

Nesses dez anos, a revista publicou 202 artigos, tanto em dossiês como na sessão de temáticas livres, e 38 resenhas sobre livros de jornalismo. No total, 253 autores já tiveram seus artigos publicados: 189 brasileiros e 64 estrangeiros. Esse resultado foi possível graças à dedicação de um grande número de colaboradores, membros do Conselho Editorial, pareceristas e editores convidados, coordenados pelos editores Luiz Gonzaga Motta (2005 a 2007), Claudia Quadros (2008 a 2009), Beatriz Becker (2010 a 2011), Kenia Maia (2012 a 2013) e Fabio Pereira (2013 a 2014).

Preparamos este número tendo em mente textos com longevidade conceitual, que pensamos serem úteis para o pesquisador que é também professor, na graduação ou na pós-graduação. A reflexão sobre o jornalismo demanda movimentos de aproximações,

distinções e articulações entre conceitos e perspectivas, e são alguns desses movimentos que estamos propondo com esta edição especial da BJR, esperando contribuir com o trabalho de revisão teórica dos nossos leitores. Navegando por uma década de ideias e dados, a leitura é vivenciada como tarefa: buscamos nos textos ferramentas conceituais que nos permitem avançar nos modos como apreendemos o mundo, e elas nos servem, à frente, para a concretização de novas escritas. Lemos e releemos. Como poeticamente aponta Italo Calvino em “Se um viajante em uma noite de inverno”:

A leitura é uma operação descontínua e fragmentária [...]. Na imensidade da escrita a atenção do leitor distingue segmentos mínimos, aproximação de palavras, metáforas [...]. Toda vez que me defronto com uma dessas granulações de sentido, tenho que continuar escavando à volta, para ver se a pepita se desenvolve em filão. Por isso minha leitura não acaba nunca: leio e releio sempre, procurando a confirmação de uma nova descoberta entre as dobras das frases.

É com essa atitude comprometida que, como pesquisadores, nós todos desbravamos os textos com cuidado redobrado, em busca de saliências que permitam compreender de forma substancial o jornalismo. Como editoras convidadas, elaboramos algumas sugestões de roteiros de leitura que visam contribuir para o reconhecimento de vínculos conceituais entre textos distintos.

O primeiro percurso de leitura reúne o **debate epistemológico**. Barbie Zelizer (“O que fazer com o jornalismo?”, 2007) elenca perspectivas disciplinares que sustentam os principais tipos de pesquisa sobre jornalismo, indica desafios que devem ser enfrentados e problematiza as relações entre as três comunidades de sujeitos associados ao campo: jornalistas, professores e pesquisadores. Martin Löffelholz e Liane Rothenberger (“Continuum eclético, disciplina distinta ou subdomínio dos estudos de comunicação?”, 2011) tratam do caráter disciplinar do jornalismo, tensionando sua relação com outras disciplinas e com a área da comunicação. A partir do mapeamento da produção de sete revistas científicas internacionais, o artigo levanta perspectivas profícuas para problematizar o jornalismo como campo de conhecimento. Löffelholz e Rothenberger fazem ainda um questionamento importante sobre o ideal da pesquisa internacional globalizada: “É uma pergunta empírica: até que ponto os estudos de jornalismo já tiveram êxito na globalização dos seus temas, seus focos de pesquisa e das suas abordagens teóricas?”. Os autores se referem

ao fato de que a maioria das pesquisas se mantém orientada para certas nações ocidentais, e Raul Hernando Osório Vargas (“Pesquisa: compreensão da teoria do jornalismo”, 2013) de certa forma atende a essa indagação quando mostra o pioneirismo do jornalismo da América Latina, que permanece desconhecido para grande parte dos investigadores do próprio continente. Osório Vargas chama claramente a atenção para a necessidade de estudar a realidade da Indo-Afro-Ibero-América e para a criação de agendas de pesquisa sobre a América Latina. Também Miquel Rodrigo Alsina (“La Sociosemiótica como método de investigación en periodismo”, 2008) tem forte preocupação epistemológica ao indicar paradigmas e trabalhar campos disciplinares complementares. O texto caracteriza a Sociossemiótica como uma perspectiva que permite trabalhar com o discurso jornalístico e desenvolve os conceitos de polissemia, intertextualidade e interação. Esse conjunto de textos ajuda a pensar o jornalismo sob uma perspectiva epistêmica, tomando o próprio campo como objeto e problematizando o sujeito pesquisador e suas escolhas.

O segundo percurso de leitura que sugerimos diz respeito ao **papel do jornalismo na democracia**. Barbie Zelizer indaga para que serve o jornalismo e quem pode falar sobre suas singularidades, trazendo à tona uma das principais disputas travadas em torno do campo: a autoridade de fala e de definição. James Curran (“Reinterpretação dos papéis democráticos da mídia”, 2007) propõe a revisão da teoria tradicional da função democrática da mídia, tensionando a concepção clássica de esfera pública. O artigo é produtivo para pensarmos a constituição do jornalismo contemporâneo em rede, o papel do jornalismo de referência e a diversidade de setores e estilos jornalísticos que podem oferecer diferentes contribuições para a democracia. Também merece atenção sua visão alargada da política, que reserva um lugar importante para o entretenimento na consolidação de valores democráticos. Curran debate as funções do jornalismo e é claro ao indicar que a mídia de referência deve exibir pontos de vista e interesses divergentes, pois o conflito é constitutivo da sociedade. Esse pluralismo está no centro do texto de Cláudia Lago (“Ensinamentos antropológicos”, 2010), e é a partir deste dever que a autora aponta a responsabilidade do jornalismo na democracia. A relação com a antropologia pode ajudar a viabilizar o olhar do jornalista sobre os conflitos e as diferenças,

atuando para a consolidação da democracia. Tanto o jornalismo quanto a antropologia constroem narrativas sobre o Outro, trabalham com sujeitos e com os discursos produzidos por esses sujeitos, exigem observação e pressupõem pluralidade.

Um terceiro eixo de leitura surge da reflexão sobre a **experiência do tempo**. Carlos Franciscato (“O jornalismo e a reformulação da experiência do tempo nas sociedades ocidentais”, 2005) sustenta a prerrogativa do jornalismo de produzir um tipo específico de experiência do tempo presente. Seu texto institui a temporalidade como conceito central ao jornalismo, ressaltando seu poder de tecer sentidos compartilhados. A existência de uma temporalidade própria do jornalismo está inscrita em categorias conceituais como a instantaneidade, a simultaneidade, a periodicidade, a novidade e a revelação pública. Todas essas categorias se relacionam diretamente com a noção de atualidade, que Muniz Sodré (“Jornalismo como campo de pesquisa”, 2010) coloca no centro da pesquisa em jornalismo. Para o autor, a narrativa jornalística dos acontecimentos cotidianos pode ser compreendida como formuladora de uma “narrativa universal do ‘atual’ em nossa civilização”. Essa experiência do tempo presente mediada pelo jornalismo também é problematizada por Axel Bruns (“Gatekeeping, Gatewatching, realimentação em tempo real: novos desafios para o jornalismo”, 2011), que problematiza os fluxos de circulação de informações nas redes sociais digitais. A produção de informações em tempo real por interagentes (jornalistas ou leitores) que vivenciam experiências de interesse coletivo e narram os seus desdobramentos de forma fragmentária e, não raramente, colaborativa contribui, a seu modo, para a elaboração de narrativas sobre a atualidade. A experiência do tempo e sua percepção são objetos teóricos de relevância indiscutível na investigação do jornalismo.

Uma das mais importantes frentes de pesquisa está expressa em um conjunto de textos sobre a **construção do Outro no jornalismo**. Cláudia Lago destaca a construção da alteridade como função do jornalismo. Buscando interface com a antropologia, ciência fundada no reconhecimento do Outro, a autora sustenta a necessidade de o jornalista se deixar ser afetado pelos sujeitos que narra. O artigo de Lago evidencia um problema a ser enfrentado: o jornalista, formado geralmente junto às camadas médias e altas da população, carrega seu *habitus* de classe, e esta base precisa ser constantemente tensionada

para que ele possa efetivamente compreender uma realidade que não é “a sua”. O texto de Stuart Allan (“O jornalismo e a cultura da alteridade”, 2010) dialoga diretamente com essa preocupação. O autor discute a percepção dos jornalistas sobre a identidade profissional, constatando o predomínio de homens brancos nas redações e nos cargos de chefia, e destaca a necessidade da diversidade de gênero e de etnia nas redações para que a produção jornalística efetivamente se torne plural. Marie-Soleil Frère (“Identidade jornalística e percepções do público: paradigma e modelos em construção nos países dos Grandes Lagos”, 2014) mostra como o ato de dar voz a grupos divergentes é reconhecido, pela audiência, como um valor crucial ao jornalismo. Seu texto traz resultados de uma pesquisa realizada em três países africanos cujas democracias estão em processo de consolidação, e os jornalistas considerados corajosos são exatamente aqueles que buscam a alteridade e a pluralidade. No contexto da narrativa, Fernando Resende (“Representação das diferenças no discurso jornalístico”, 2009) aborda a representação do Outro, salientando que as diferenças podem ser construídas pelo jornalismo a partir dos modos de dizer. Um dos grandes desafios do campo é precisamente representar o Outro na sua diversidade, lembrando que o discurso jornalístico deve acolher a correlação de forças sociais, com suas assimetrias e fragmentações.

O último percurso que sugerimos destaca **o leitor e as audiências** como fenômenos relevantes para a pesquisa. Essa é a reflexão proposta por Miquel Rodrigo Alsina ao destacar a necessidade de as investigações avançarem para além da análise textual, buscando compreensões densas sobre a biografia e o ambiente social do leitor. Para o autor, é relevante que os pesquisadores invistam em estudos de audiência que permitam o reconhecimento empírico do leitor real. Este é o esforço de Marie-Soleil Frère ao sistematizar pesquisa com ouvintes de três países africanos (Burundi, Ruanda e República Democrática do Congo) sobre como as mutações do jornalismo transformam a percepção do público sobre o papel do jornalista na sociedade. A relevância da audiência como objeto de pesquisa também é indicada por Muniz Sodré, ao sugerir que as transformações tecnológicas estabelecem um novo fluxo que reposiciona o leitor na relação com o jornalismo. No contexto dessas transformações nas hierarquias da produção jornalística, Sylvia Moretzsohn (“O ‘jornalismo cidadão’ e o mito da

tecnologia redentora”, 2006) instiga o debate sobre o conceito de jornalismo cidadão e as repercussões das atividades dos leitores na deontologia do jornalismo. A autora destaca a função mediadora do jornalismo e os limites éticos e técnicos da produção de notícias por sujeitos que até então ocupavam, na teoria, a condição de leitores. O texto de Moretzsohn, embora parcialmente ilustrado por casos e veículos que já saíram de circulação, mantém atualidade conceitual e trata de uma problemática de grande pertinência: a responsabilidade sobre a apuração e divulgação de informações jornalísticas. Por fim, para Axel Bruns, as atividades dos leitores assumem outra função, relevante para as pesquisas em jornalismo quando consideramos a circulação de notícias em sites de redes sociais: a curadoria como estratégia de organização do fluxo de informações. Partindo do conceito de *gatewatching*, o autor diz que em ambientes digitais interconectados, mais do que mediador, o jornalismo opera a função de orientador, sugerindo leituras e contextualizando acontecimentos que estão em circulação mesmo sem a mediação do jornalismo.

Esses foram os textos que selecionamos, entre os publicados ao longo de dez anos na revista. Não foi uma escolha fácil, diante da proposta da edição e da oferta de artigos qualificados, mas esperamos ter cumprido a tarefa à altura do que significam a BJR e a SBPJor. Quando criou a *Brazilian Journalism Research*, a Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor) estabeleceu uma política científica de incentivo ao debate intelectual e à internacionalização, porque compreendeu a grandeza do campo. Esperamos ter honrado esse compromisso.

Seguindo a beleza de Calvino, desejamos a todos boas leituras, releituras e escavações. E vida longa à BJR.

Marcia Benetti e Laura Storch
editoras convidadas